



POLÍTICAS PÚBLICAS ARQUIVÍSTICAS VOLTADAS PARA A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO DOCUMENTAL: A CONTRIBUIÇÃO ARQUIVÍSTICA PARA A PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO NOROESTE DO ESTADO DO RIO GRAN¹

Marco Antônio da Luz², Daniel Flores³. UFSM

Dada a importância dos documentos para as administrações municipais e para a sociedade, tanto sob aspectos administrativos, legais, sociais, históricos e culturais, é que o presente trabalho propõe identificar a situação arquivística encontrada nos municípios integrantes da Associação dos Municípios da Grande Santa Rosa (AMGSR), a fim de descobrir quais as dificuldades encontrada por estes, em criar e implementar Políticas Públicas Arquivísticas, voltadas para a Preservação do Patrimônio Documental, importante fonte para o resgate da memória coletiva de um povo. Assim, o objetivo geral deste trabalho é identificar a situação arquivística e os fatores que dificultam a criação de Políticas de Arquivos, visando construir diretrizes e recomendações para a implementação de tais Políticas. Desta maneira, a contribuição arquivística para a sociedade envolvida na pesquisa, é uma gestão pública administrativa mais eficaz e transparente, bem como a preservação do patrimônio documental dos municípios, valioso meio para o resgate da Memória dos mesmos. Assim, foram definidos como objetivos específicos da pesquisa: a) pesquisa e análise da literatura e da legislação que aborda às questões que cercam a temática das Políticas Públicas Arquivísticas; b) identificação da atual situação arquivística nos municípios; c) verificação e identificação das dificuldades dos municípios em garantir a preservação do patrimônio documental arquivístico; d) elaboração de diretrizes e recomendações para a implementação de Políticas Arquivísticas de Gestão de Documentos e Informações. Desta maneira, a revisão bibliográfica sustentou-se em autores como, Jardim (1995; 1999; 2003), Silva (2008), Oliveira (2002; 2003), Fonseca (1996; 2004) entre outros, bem como em algumas pesquisas similares a esta, que contribuíram na definição da metodologia utilizada para a operacionalização da mesma. A revisão e análise da legislação que acerca da temática, sustentou-se na Constituição Federal de 1988 e seus desdobramentos, na Lei de Arquivos e em Normativas do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ). Como método de pesquisa, optou-se por uma pesquisa exploratória descritiva, onde, após a revisão da literatura, da legislação e de alguns estudos similares a este, estruturou-se um questionário do tipo Survey, com questões abertas e fechadas, a fim de coletar os dados dos Municípios. Contudo, antes do questionário ser enviado aos chefes dos Executivos Municipais, por e-mail, o mesmo passou pela validação de especialistas da área - Arquivistas (docentes e profissionais atuantes), sendo encaminhado posteriormente, acompanhado de uma carta de apresentação da pesquisa, onde os objetivos, a metodologia e a contribuição da pesquisa para as administrações municipais e para a sociedade foram elencadas. Neste sentido, e pela coleta dos dados estar em andamento, os resultados aqui apresentados contemplam a revisão e análise da literatura e da legislação, primeiro objetivo específico da pesquisa. O atingimento deste objetivo específico, possibilitou compreender e entender a formação das políticas públicas, em especial a formação de políticas públicas arquivísticas no Brasil, momento quem que propõem-se um framework conceitual das etapas e envolvidos na formação e formatação de Políticas Públicas Arquivísticas. Assim, o presente trabalho aborda os aspectos teóricos que envolvem a formação, implementação e elaboração de Políticas Públicas Arquivísticas voltadas para a



CT&I e SOCIEDADE

XVIII SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA
XV JORNADA DE PESQUISA
XI JORNADA DE EXTENSÃO

4 a 8 de OUTUBRO de 2010



Preservação do Patrimônio Documental dos Municípios pertencentes a AMGSR. Desse modo, com a contemplação do primeiro objetivo específico, conclui-se que para a formação de uma Política Pública Arquivística, é imprescindível contemplar quatro fases: Formulação, Planejamento, Implementação e Avaliação, e que o sucesso desta Política vai depender da cooperação e do trabalho multidisciplinar envolvendo atores políticos e técnicos.

¹ Pesquisa realizada no curso de Mestrado Profissionalizante em Patrimônio Cultural da UFSM.

² Arquivista e Mestrando do Programa de Pós Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Santa Maria - UFSM. marcoantoniodaluz@yahoo.com.br.

³ Professor Doutor do Curso de Graduação em Arquivologia e do Programa de Pós Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Santa Maria - UFSM. Alocado ao Departamento de Documentação da universidade. dfloresbr@gmail.com